

POLÍTICA, GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL NA BAHIA

Gisele Marchiori Nussbaumer¹

RESUMO: Propõe-se uma análise avaliativa do cenário cultural baiano, a partir do depoimento, em entrevistas gravadas, de diferentes profissionais atuantes na área, artistas, gestores, produtores e pesquisadores. Destacamos questões relacionadas à compreensão de cultura, às políticas culturais desenvolvidas no Estado, aos editais e às leis de incentivo como mecanismos de financiamento e ainda a gratuidade do acesso aos produtos e bens culturais.

PALAVRAS-CHAVE: gestão cultural, produção cultural, políticas culturais

A Bahia é reconhecida por ser um estado com uma intensa dinâmica cultural, um cenário no qual atuam artistas, produtores, gestores e pesquisadores com trajetórias diferenciadas mas igualmente relevantes para o campo cultural. Com este trabalho, buscamos contribuir para a reflexão sobre a política, a gestão e a produção cultural no Estado, a partir, justamente, da análise de testemunhos gravados de diferentes personalidades atuantes na área. Baseamos-nos em entrevistas realizadas através do projeto *Gestão e Produção Cultural na Bahia*², que teve início em 2012, inspirado no projeto multimídia *Produção Cultural no Brasil*³, promovido pelo Ministério da Cultura/MinC, e que vem sendo desenvolvido, desde então, por uma equipe de estudantes sob a minha coordenação, como atividade da disciplina *Oficina de Gestão Cultural*, do Curso de Produção em Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

Os resultados mais significativos do *Gestão e Produção Cultural na Bahia* são a ampliação e o compartilhamento de informações sobre o tema através da disponibilização de 33 entrevistas completas, 26 delas acompanhadas de depoimentos em vídeo, em plataforma virtual do projeto: <http://www.producaoculturalba.net/>. O material, além de apresentar um panorama da produção cultural contemporânea do Estado e destacar personalidades atuantes na área, serve como fonte de pesquisa para estudiosos e como subsídio para o conhecimento e avaliação, tanto do mercado como das políticas culturais desenvolvidas no Estado da Bahia.

Entrevistar e registrar experiências de profissionais cuja atuação e trajetória se destacam é uma forma de conhecer características, momentos e singularidades do campo

¹ Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. gica.mn@gmail.com

² <http://www.producaoculturalba.net/>

³ <http://www.producaocultural.org.br/>

cultural e perceber como este tem se desenvolvido ao longo do tempo em um determinado contexto. Esses relatos permitem também perceber como as políticas públicas para a cultura e a cena cultural dialogam e são avaliadas por profissionais diretamente envolvidos com a produção cultural.

Neste texto, a partir de entrevistas realizadas, trazemos à tona questões fundamentais que estão em pauta nas discussões sobre cultura hoje no Estado, como a compreensão ou o ‘conceito de cultura’ que prevalece no meio baiano, as políticas culturais que vem sendo implementadas, os editais e as leis de incentivo como mecanismos de financiamento e a gratuidade do acesso aos produtos e bens culturais.

Entre os entrevistados cujos depoimentos serão considerados aqui, estão nomes como: Albino Rubim (pesquisador e Secretário de Cultura do Estado), Ana Dumas (artista multimídia), Anselmo Serrat (fundador do Circo Picolino), Beth Rangel (Diretora da Escola de Dança da FUNCEB), Claudio Marques (cineasta e gestor cultural), Dalmo Peres (produtor cultural), Fábio Cascadura (músico), Edu Ó (dançarino e coreógrafo), Fernanda Bezerra (produtora cultural), Fernando Guerreiro (diretor teatral e presidente da Fundação Gregório de Matos), Gilberto Monte (gestor cultural), Lia Robatto (coreógrafa), Luiz Marfuz (diretor teatral), Marcio Meirelles (diretor teatral e ex-Secretário de Cultura do Estado) e Paulo Miguez (pesquisador).

Compreensão de cultura

A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura/MinC (2003-2008), continuada por Juca Ferreira (2008-2010), mudou o panorama das políticas culturais no País ao promover uma política pública baseada em um conceito mais amplo de cultura, para além das artes ou das linguagens artísticas e das grandes produções, nas quais estavam tradicionalmente focadas as atenções do Estado. Logo no início de sua gestão, Gil declarou que o Ministério passaria a tratar da cultura a partir de um conceito abrangente, considerando-a em suas três dimensões: como fato simbólico, direito de cidadania e economia. Deixou claro também que os privilegiados não seriam apenas os artistas consagrados, mas a diversidade da produção cultural brasileira.

Essa compreensão mais ampla e mais atual de cultura acabou sendo incorporada por muitos gestores responsáveis pela pasta da cultura em diversos estados brasileiros. No caso da Bahia, desde o início de 2007, quando o Estado passou a contar com uma Secretaria de Cultura autônoma, independente do Turismo, mudanças significativas aconteceram no cenário

cultural, sendo as principais relacionadas à própria compreensão revigorada do conceito de cultura e do papel do Estado.

Como destaca o ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia, o diretor teatral Marcio Meirelles (2007-2010), em sua entrevista:

A partir da gestão de Gilberto Gil a noção de cultura se ampliou e o papel do Estado se encaixou no lugar certo. A cultura é toda produção simbólica que gera uma identidade, um sentido de pertencimento, gera cidadania e, ao mesmo tempo, a cultura é um fator econômico. Isso é uma revolução, alguns estados acompanharam, alguns municípios acompanharam, mas não houve uma completa capilarização dessas mudanças⁴.

O atual Secretário de Cultura do Estado, o professor e pesquisador Albino Rubim (2011-atual), que assumiu a pasta no segundo mandato do Governador Jaques Wagner, também compartilha de uma compreensão mais ampla do termo. Para ele,

a cultura é um conjunto bastante complexo, que abrange não só arte e patrimônio, mas também comportamentos, valores, ritos, todo um conjunto de esferas e de dimensões que dão sentido ao universo e que a humanidade vai construindo para se locomover no mundo, na sua história, na sua relação com os outros homens e mulheres, na relação com a natureza. Todo o sentido que a gente vai criando em torno de nossa vida, isto é cultura⁵.

A adoção de um conceito mais contemporâneo de cultura pela SecultBA foi e continua sendo fundamental para que haja uma maior consciência por parte dos atores envolvidos no campo a respeito da sua importância e do seu potencial, também para que a diversidade da produção cultural do estado possa ser considerada pelas políticas públicas de cultura. Mudam-se os conceitos e, conseqüentemente, os discursos e as práticas associadas à área.

Nessa perspectiva, o depoimento da Diretora da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado/FUNCEB, Beth Rangel, retrata o importante papel da SecultBA na disseminação, entre os gestores públicos, de uma compreensão mais ampla de cultura que, desde 2007, permeia os discursos e baliza as políticas na Bahia:

Quando eu penso em cultura, é interessante, por que eu penso logo na arte. Mas a partir da minha vinda para a Secretaria de Cultura do Estado, tive uma abertura da visão de cultura.

⁴ Entrevista realizada por Anderson Bispo e Marília Moura, dia 02 de maio de 2012, no Teatro Vila Velha, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/MARCIO-MEIRELLES.pdf>

⁵ Entrevista realizada por Anderson Bispo e Marília Moura, dia 04 de junho de 2012, na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/ALBINO-RUBIM.pdf.pdf>

Para mim arte é cultura, assim como todas as manifestações, expressões do homem também são⁶.

Não apenas gestores e pesquisadores, também artistas e produtores baianos vêm assimilando cada vez mais a cultura como um termo cuja compreensão vai além das artes e do patrimônio, abrangendo uma diversidade de atores e segmentos que apenas recentemente passaram a ser considerados e valorizados pela sociedade e pelas políticas culturais no estado.

Para a artista multimídia Ana Dumas,

cultura é tudo, é o modo de se vestir, é comportamento, a forma como você se alimenta, age com a família. Cultura envolve todos os aspectos da vida humana. Compreendo cultura como esse conjunto, não só como “alta cultura”, algo sofisticado, arte, mas como tudo que compõe os elementos da vida⁷.

O diretor teatral Luiz Marfuz entende cultura como

um conjunto de bens simbólicos produzidos por uma comunidade, que envolve desde as artes, no sentido das linguagens artísticas, até as manifestações dos diversos segmentos sociais e econômicos de uma comunidade. A produção dos bens e serviços de uma comunidade no sentido mais amplo é a ideia principal de cultura para mim. Cultura é uma coisa básica que deve ser disponibilizada, democratizada, socializada para todos⁸.

Por sua vez, o músico Fábio Cascadura, da banda de rock Cascadura, afirma que cultura é

um conjunto de códigos e de informações que trocamos, é uma informação que identifica a gente dentro de um grupo social e para um grupo social, é uma questão de identidade⁹.

Políticas culturais

No que se refere às políticas culturais, há, no universo pesquisado, quase um consenso em relação à importância das mudanças ocorridas e aos avanços obtidos nos últimos anos. Hoje na Bahia temos uma compreensão revigorada do conceito de cultura e do papel do Estado no seu desenvolvimento e isso se deve, essencialmente, a dois fatores: a criação de

⁶ Entrevista realizada por Danielle Jacó e Nyere Carvalho, dia 19 de fevereiro de 2013, na Escola de Dança da FUNCEB, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/BETH-RANGEL1.pdf>

⁷ Entrevista realizada por Lucas Nascimento, no dia 09 de agosto de 2013, no Espaço Cultural da Barroquinha, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/11/ANA-DUMAS.pdf>

⁸ Entrevista realizada por Adriana Santana e Caio Cruz, dia 27 de abril de 2012, em Salvador. Disponível em <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/LUIZ-MARFUZ.pdf>

⁹ Entrevista realizada por Alexandre Souza e Ana Luiza Fernandes, dia 12 de dezembro de 2013, na [Faculdade de Comunicação da UFBA](#), em Salvador. Disponível em: http://www.producaoculturalba.net/?page_id=7

uma Secretaria de Cultura autônoma, separada do Turismo, e ao exemplo do Ministério da Cultura/MinC durante as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Em 2007, quando foi criada a SecultBA, quem assumiu a pasta foi o diretor teatral Marcio Meirelles, que fez uma gestão polêmica mas que, indiscutivelmente, promoveu uma transformação fundamental nas políticas culturais no Estado, revendo conceitos e práticas, agindo de forma estadualizada, transversal e participativa. Em 2011, no segundo mandato do Governo Jaques Wagner, o pesquisador e professor da UFBA Albino Rubim, assumiu a secretaria com a perspectiva de dar continuidade ao trabalho que vinha sendo feito, com os ajustes e avanços necessários e, sobretudo, com menor disposição para polemizar. São inegáveis os resultados do trabalho da SecultBA nos últimos sete anos, mas isso não significa que não haja críticas e até mesmo uma certa desilusão em relação às políticas culturais empreendidas pelo atual Governo.

Albino Rubim aponta o que considera uma das principais mudanças promovidas na política cultural do Estado nos últimos anos:

Tínhamos uma política cultural que buscava impor uma monocultura para o estado. Algo difícil, porque somos um estado diverso. Temos culturas afro-baianas potentes, culturas dos sertões fortes, cultura da região cacaujeira, da Chapada Diamantina e temos uma cultura da região do oeste, cultura do cerrado em diálogo com parte de Minas Gerais e Goiás. Somos um estado com vários tipos de cultura diferentes. Impor uma única é prejudicial. Algumas políticas culturais da Bahia fizeram isso. As políticas mais recentes vêm corrigindo essa tradição, buscando a diversidade, e superando a chamada política de balcão. Essa é uma mudança importante que está acontecendo na Bahia¹⁰.

A chamada “política de balcão” foi em grande medida superada, no entanto, para a maioria dos profissionais da área entrevistados, isso não significa que tenhamos hoje uma política cultural clara e consistente no Estado. Como ressalta o cineasta e gestor cultural Claudio Marques

Houve, com o governo do PT, um esforço para que se desenvolvessem conceitos e ideias. Mas não consegui ver até hoje uma política, entendendo a política como “nós estamos aqui, vamos passar por aqui e vamos chegar lá”. Não existe uma coisa formatada nesse sentido, inclusive com um diálogo aberto, franco com as pessoas da classe [artística] – tudo é muito partidário. Então a gente ainda não conseguiu estabelecer uma política, conceitos, metas e também uma harmonia e um diálogo consensual entre o governo, dirigentes, gestores e a classe artística¹¹.

¹⁰ Entrevista realizada por Anderson Bispo e Marília Moura, dia 04 de junho de 2012, na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/ALBINO-RUBIM.pdf.pdf>

¹¹ Entrevista realizada por Camila Brito e Lara Carvalho, dia 14 de junho de 2013, no Espaço Itaú de Cinema Glauber Rocha, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/11/CLAUDIO-MARQUES.pdf>

Também a coreógrafa e ex-Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Lia Robatto, apesar de reconhecer os avanços nas políticas públicas para a cultura no Estado, não deixa de registrar as dificuldades que existem no plano administrativo e orçamentário, assim como o sentimento de decepção que atinge parte daqueles que esperavam que o entusiasmo e o trabalho inicial não fossem atropelados pelo ritmo lento da máquina governamental e pela falta de um maior reconhecimento e respaldo político e financeiro para a pasta.

Eu nunca pensei que Gil fosse ser tão genial e a equipe que ele formou, a maioria baiana, veio com um novo conceito de democracia, uma forma contemporânea de gestão. A partir daí a Bahia veio na vanguarda dos estados com a proposta de Marcio Meirelles, que foi fantástica, só que nós não tivemos respaldo financeiro e, sem isso, nada acontece. Tivemos ideias ótimas, mas com pouquíssimos recursos. Dentro do nordeste, Pernambuco e Ceará são exemplos fantásticos do que é gestão cultural. Agora a Bahia tem toda a teoria, tem todas as propostas avançadas, mas não tem recursos e não tem agilidade administrativa. Não sei se é só burocracia, é mais uma lentidão dos processos. O conceito de política cultural da Bahia está ótimo, veio com Márcio [Meirelles] e agora continua com Albino [Rubim], mas o ritmo e as verbas não deixam acontecer. Eu acho isso decepcionante¹².

Anselmo Serrat, fundador e diretor da Escola Picolino de Artes do Circo, um importante espaço cultural da cidade que vive há certo tempo uma instabilidade financeira, é mais incisivo:

nós não temos políticas públicas nem na Bahia nem no Brasil. Existe um modelo que foi implantado pelo PT, a partir do governo Lula, com Gil e com Juca a frente da pasta, que foi a política de editais e foi a forma democrática que eles encontraram de distribuição de recursos para que as companhias e produtoras pudessem ter uma certa independência. Só que isso acabou se enraizando de tal maneira que a política oficial hoje é a política de edital, que eu acho que é uma política infeliz, por que ela lida com muito pouco recurso e você faz um estardalhaço dizendo que fez muita coisa¹³.

Vários entrevistados trouxeram essa mesma questão: até que ponto as políticas culturais na Bahia, ou no Brasil, se resumem a uma “política de editais”. É claro que as políticas culturais no Estado não se resumem a editais, mas esse mecanismo acabou tendo uma visibilidade enorme pelo fato de ter possibilitado que um número muito maior de artistas e produtores tivesse seus projetos apoiados e, conseqüentemente, que o público tivesse acesso a uma maior e mais diversificada oferta de produtos e bens culturais. O financiamento é um poderoso mecanismo para a consecução de uma política pública, uma vez que através dele é

¹² Entrevista realizada por Adriana Santana e Caio Cruz, dia 03 de maio de 2012, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/LIA-ROBATTO.pdf>

¹³ Entrevista realizada por Marlon Ferreira e Aline Bispo, dia 29 de julho de 2013, no Circo Picolino, em Salvador. Disponível em: http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/11/ANSELMO_SERRAT1.pdf

possível intervir de forma direta, concreta, na produção e no consumo cultural. Acontece que se criou na Bahia uma expectativa em relação aos editais que não foi correspondida, devido, sobretudo, aos poucos recursos destinados para a área cultural e aos frequentes contingenciamentos.

A SecultBA vem trabalhando de forma alinhada com o MinC, investindo com bons resultados na formação e institucionalização da área, realizando capacitações, encontros setoriais, as Conferências de Cultura, promovendo o Sistema Estadual de Cultura e a Lei Orgânica da Cultura, aprovada em 2011. No entanto, apesar de haver um reconhecimento desse trabalho, muitos entrevistados, que participaram ou não dos diálogos e discussões promovidas, consideram que é preciso avançar, querem que a cultura deixe de ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais, que as propostas debatidas saiam do papel, que haja mais investimentos e reconhecimento da importância da área por parte do Governo baiano.

Os editais de cultura

Como dissemos, um avanço importante da SecultBA foi o estabelecimento de uma política de fomento para a área e a institucionalização dos editais como instrumento de seleção e apoio a projetos culturais. A adoção desse mecanismo contribuiu para a descentralização dos recursos e para maior transparência na seleção de projetos. Foi significativo o aumento do número de editais lançados e de projetos contemplados durante os últimos anos, na Bahia e no Brasil, inclusive devido ao uso crescente desse instrumento também pela iniciativa privada. Hoje várias empresas, não apenas estatais, têm uma política cultural clara e vem adotando os editais como forma de seleção de projetos artístico-culturais. Nesse contexto, o edital passou a ser identificado como um instrumento democrático e o seu uso foi valorizado.

Na Bahia, a partir de 2007, projetos de órgãos do próprio Estado e de prefeituras deixaram de ser apoiados com recursos do Fundo de Cultura/FCBA, corrigindo, assim, uma distorção que havia em relação à utilização de recursos públicos desse programa. Os recursos do FCBA passaram a ser integralmente direcionados para a sociedade civil através de editais públicos e foi regulado e implantado um programa de apoio a instituições culturais sem fins lucrativos.

Apesar de haver um consenso em relação aos editais serem mais democráticos e contribuírem para mudar a lógica de balcão antes vigente, existem muitas críticas em relação a esse mecanismo e poucas alternativas em termos de financiamento a cultura. O depoimento

do gestor cultural e ex-Diretor de Música da Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, Gilberto Monte, resume bem o debate em pauta:

edital é uma ferramenta já ultrapassada, e não vejo discussão disso em lugar nenhum, isso me preocupa porque eu também não tenho uma solução. A gente tinha uma forma de fazer política em cultura que era a “política do balcão”. Os editais foram um avanço muito grande e necessário, justamente para quebrar com essa política de balcão. Foi a primeira saída, a primeira ferramenta utilizada para trazer mais transparência ao processo, para democratizar o acesso, até certo ponto. Mas não é uma ferramenta que possibilita acessibilidade, o edital não é inclusivo e isso fica muito claro no que se refere à participação da população da periferia e do interior, devido à forma como ele é modelado e à sua linguagem. No caso do Estado, tem uma série de normas e regulamentos que são inflexíveis. E é exatamente isso que faz com que o edital não seja acessível, porque é feito para não ser acessível. Quando penso na questão da política pública para cultura acredito que o que é feito ainda é um trabalho de redução de danos. Nós ainda não iniciamos o ciclo de novas proposições, de inovação, estamos tentando sair de um período longo de defasagem, sem ter os instrumentos necessários para fazer uma redução de danos com qualidade, de forma que nos permita num prazo mais curto ter realmente alguma inovação. A maioria hoje dos investimentos de quem trabalha com cultura na área privada é através de leis de renúncia fiscal, criam editais usando recurso público. Não há edital com “dinheiro bom”, como falamos no mercado. Existem, mas são minoria. E por mais que exista consulta à classe para as comissões de seleção, essa consulta é filtrada também. Há sempre um filtro, que é institucional, e quando há esse filtro, por melhor que seja a intenção, ele sempre cria um recorte, que é inevitável quando se tem uma seleção com limite de orçamento. E quando esse recorte vem no conceito, enquanto política pública, isso é um problema, é um desafio a ser superado. Uma instituição privada tem liberdade para fazer o que quiser. Se for dinheiro público, tem que partir do interesse público, tem que permitir amplo acesso. Quando você começa a criar recortes curatoriais, definir conceitos, você começa a segregar investimento, um investimento que é público e de todos, e as partes mais interessadas não tem poder sob essa decisão. É muito importante a sociedade entender a responsabilidade dela, do Estado e da iniciativa privada quando falamos de investimento em cultura. Se não existir uma estratégia pra resignificar essa relação, a gente sempre vai ter uma relação doentia, que vai fazer com que ferramentas como editais existam para sempre¹⁴.

Além da própria supremacia dos editais ser criticada, outras questões ainda são levantadas em relação a este mecanismo e estão relacionadas às exigências feitas para inscrição, aos critérios de avaliação, à qualificação e forma de escolha dos membros das comissões de seleção, à presença de um representante do Estado e à pouca participação de membros de fora do estado, aos atrasos no repasse de recursos, ao não acompanhamento dos projetos, etc.

Muitos artistas e produtores tem criticado também o modelo de edital “setorial” adotado pela SecultBA desde 2012. Até então tínhamos editais específicos, no caso das linguagens artísticas para criação, produção, montagem, circulação, etc, considerando a cadeia produtiva e as especificidades de cada segmento. Agora os editais são setoriais, de acordo

¹⁴ Entrevista realizada por Anne Elisabeth e Larissa d’Eça, dia 21 de fevereiro de 2013, no Palacete das Artes, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/GILBERTO-MONTE1.pdf>

com cada linguagem ou segmento: artes visuais, audiovisual, dança, música, teatro, entre outros.

Na opinião da produtora Fernanda Bezerra, sócia da Multi Planejamento Cultural, temos um modelo em que projetos de diferentes naturezas concorrem em um mesmo edital. Para mim não dá para comparar um festival com a produção de um filme, a criação com a produção de um espetáculo, são produtos diferentes que deveriam ser avaliados de formas diferentes e jamais concorrentes entre si¹⁵.

A justificativa para implantação desse modelo, conforme Carlos Paiva, Superintendente de Promoção Cultural da SecultBA, é que ele possibilita

maior liberdade de proposição - não precisa se encaixar numa caixinha - e dá maior liberdade para decidir aonde vai se investir a partir da demanda de determinado ano. Se num ano há uma demanda mais interessante para produção de curta-metragem, a comissão percebe isso para a demanda que pode apostar mais nisso ou na memória do cinema baiano. Antes num edital, se imobilizava esse recurso e se tivesse uma inscrição muito grande para tal edital específico, não podia trazer do outro para esse¹⁶.

A questão neste caso é saber até que ponto uma comissão deve ou não ter liberdade para decidir onde investir e se a demanda dos artistas e produtores a cada ano deve ser um critério para essa decisão. Até mesmo porque outra crítica que há em relação a esse modelo é a diminuição do número de projetos contemplados em algumas modalidades fundamentais se considerarmos, inclusive, diretrizes do próprio Governo como a territorialização e descentralização da cultura no Estado. Em editais específicos como o “Circulação de Teatro” era prevista a seleção de pelo menos dez projetos de espetáculos teatrais para circulação no Estado; no “Setorial de Teatro” de 2012 o resultado foi que apenas quatro projetos de circulação foram contemplados. Ou seja, houve uma redução de projetos culturais, não apenas de teatro, circulando pelo Estado.

Existe uma demanda da qual os editais não dão conta, uma vez que o orçamento para a pasta da cultura continua sendo um dos menores, o número de projetos inscritos aumenta a cada ano e são poucas as opções em termos de mecanismos de financiamento a cultura. Estimula-se uma dependência cada vez maior em relação aos editais, que funcionam como um mercado paralelo, o único possível para aquelas atividades culturais sem apelo comercial, que não são destinadas ao grande público.

¹⁵ Entrevista realizada por Ana Carolina Rosário e Nathália Procópio, no dia 18 de dezembro de 2013, na Multi Planejamento Cultural, em Salvador. Disponível em: http://www.producaoculturalba.net/?page_id=7

¹⁶ Entrevista realizada por Camila Barbosa e Vitor Moreira, dia 16 de janeiro de 2014, na SecultBA, em Salvador. Disponível em: http://www.producaoculturalba.net/?page_id=7

As leis de incentivo à cultura e a iniciativa privada

Na Bahia, o FAZCULTURA existe desde 1996 e integra o Sistema Estadual de Fomento à Cultura, composto também pelo Fundo de Cultura da Bahia/FCBA e outros mecanismos menos significativos. O seu objetivo é “promover ações de patrocínio cultural por meio de renúncia fiscal”, sendo possível, através do FAZCULTURA, financiar uma atividade cultural mediante abatimento de 5% a 10% do ICMS a recolher, no limite de até 80% do valor total do projeto cultural.

O problema deste modelo, no entanto, é que ele se baseia em uma lei, a Lei Sarney (1986), que não satisfaz os interesses da nossa diversidade cultural. Apesar de utilizarem essencialmente recursos públicos, ao envolverem a iniciativa privada, com seus interesses próprios, voltados para o marketing corporativo, as leis de incentivo acabam atendendo interesses outros, apoiando quase que exclusivamente aquelas produções com caráter mais comercial.

Como explica o pesquisador Paulo Miguez:

“você tem o criador e o produtor de um lado, o governo no meio que passa o dinheiro para o outro lado, para a empresa operar. Isso é um problema por que a realização vai depender do interesse da empresa privada e ela não está interessada no grupo de teatro do bairro da Plataforma, mas sim na peça teatral de grandes estrelas nacionais. O que é justamente razoável, porque mesmo que você possa exigir responsabilidade social e cultural dos empresários, a obrigação primeira e inegociável, no campo da cultura, tem que ser do Estado, principalmente do ponto de vista do seu financiamento, tem que ter dinheiro do Estado! Do mesmo jeito que vai para a educação¹⁷”.

Além dos problemas intrínsecos a esse mecanismo, na Bahia ainda são poucas as empresas patrocinadoras de cultura e não há, por parte do Governo, ações no sentido de aproximar a iniciativa privada da área. O Governo do Estado, por um lado, parece concorrer com a sociedade civil na busca por recursos privados, por outro, parece não reconhecer a importância do investimento privado na cultura. Se nos últimos anos houve um grande avanço da SecultBA no que tange ao FCBA, o mesmo não ocorreu em relação ao FAZCULTURA, segundo opinião de vários artistas e produtores culturais locais.

Para Fernanda Bezerra, produtora,

hoje o produtor fica isolado na busca por patrocínio junto à rede privada. Não existe apoio, nem articulação, nem iniciativa do governo em promover o interesse das empresas ou a apenas difundir as possibilidades, divulgar, por exemplo, a existência e o funcionamento do

¹⁷ Entrevista realizada por Priscila Prince, Thamara Silva e Verônica Lima, no dia 28 de fevereiro de 2013, no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/11/PAULO-MIGUEZI.pdf>

mecanismo FAZCULTURA no estado. E mesmo quando já existe um patrocinador, ainda deparamos com dificuldades: a burocracia e a ineficiência do sistema de cadastro e gerenciamento dos projetos. É recente a informatização das inscrições e tramitações, as falhas do formato e inaptidões tanto dos produtores quando dos próprios funcionários públicos freiam ainda mais o desenvolvimento da relação com as empresas privadas¹⁸.

Fernando Guerreiro, diretor teatral que recentemente assumiu a presidência da Fundação Gregório de Matos, órgão municipal responsável pela cultura na capital baiana, acredita que

Existe um certo pudor em fazer parceria com a iniciativa privada. Isso atrapalha porque fica tudo na sobrecarga do governo. Então acho que precisamos trazer a parceria privada. Não vender a cidade e botar marca na cidade inteira. Ao mesmo tempo é grana que a gente deu e que temos que trazer de volta para área de cultura. Acredito que as parcerias poderiam acontecer de uma forma mais intensa. Tem empresa que quer investir num lastro mais cultural¹⁹.

A fala de Dalmo Peres, sócio da Caderno 2 Produções, de alguma forma sintetiza o pensamento de muitos entrevistados em relação aos editais e leis de incentivo:

As leis de incentivo no Brasil ainda são fundamentais, a gente ainda tem muitos patrocinadores que só patrocinam porque tem as leis, não é aquele patrocinador que patrocina independente de ser um projeto que ele gostou. Temos um cliente aqui, a BRASKEM, que é uma das poucas empresas que sempre teve como foco apoiar a cultura independente de lei. São poucas as empresas que tem esse perfil de apoiar sem a lei de incentivo e é muito ruim quando você chega numa determinada empresa e vê que o foco dela é só a lei. Ela quer que você converse com o contador. O que eles querem é isenção fiscal e de preferência de 100%. Com relação aos editais, o Estado tem tentado promover ao máximo. Hoje, até teve o lançamento do edital com apoio da Oi e da Coelba. Sinceramente, eu não consigo compreender muito bem a necessidade desse apoio, visto que eles têm uma isenção total. É um adiantamento de 30 milhões que eles estão fazendo para o Governo e vão abatendo isso no imposto. Para mim, o Governo teria que arrumar esse dinheiro em algum outro lugar, para deixar que essas empresas (Oi e Coelba, por exemplo) possam participar do mercado direto²⁰.

Gratuidade do acesso aos produtos e bens culturais

Outra questão bastante presente no debate sobre a cultura na Bahia está relacionada à gratuidade do acesso aos produtos e bens culturais. Tanto que, como forma de questionar a quantidade de atividades gratuitas que vinha acolhendo, a maioria pelo fato de ser apoiada pelo Estado, o Teatro Vila Velha, criou o slogan “De graça, não tem graça!”. O argumento é

¹⁸ Entrevista realizada por Ana Carolina Rosário e Nathália Procópio, no dia 18 de dezembro de 2013, na Multi Planejamento Cultural, em Salvador. Disponível em: http://www.producaoculturalba.net/?page_id=7

¹⁹ Entrevista realizada por Marina Montenegro e Nina Fonseca, no dia 08 de julho de 2013, na Fundação Gregório de Mattos, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/11/FERNANDO-GUERREIRO1.pdf>

²⁰ Entrevista realizada por Marília Mangueira, Saville Alves e Ticiania Amorim, dia 23 de julho de 2013, na Caderno 2 Produções, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/11/DALMO-PERES1.pdf>

que essa política não forma público, beneficiando somente o público que já frequenta atividades culturais, além de não contribuir para a valorização dos produtos culturais como produtos que, a exemplo de outros, são fundamentais para as pessoas e por isso também devem ser pagos.

Marcio Meirelles, ex-Secretário de Cultura do Estado e Diretor do Teatro Vila Velha, diz o seguinte sobre o slogan:

Fizemos uma conta rápida: o Teatro Vila Velha gastou cerca de R\$ 1.200.000,00 com manutenção para funcionar, nesse período tivemos um público de 47.600 ingressos, a divisão dos custos de manutenção pelo total de ingressos dá em torno de R\$ 26,00 por pessoa. Ou seja, se cada uma dessas pessoas gastasse R\$ 26,00 por ano, o Vila estava zerado, não precisaria de patrocínio, só dependeria do seu público. Mas o que acontece é que com todas as obrigações para fazer espetáculos de graça, fazer mais barato, cada uma dessas pessoas pagou, em média, R\$ 6,00 por ingresso. Assim, a lógica do patrocínio é uma subvenção do valor do ingresso, somos obrigados a dar convites, a fazer formação de plateia através da gratuidade e não com outra lógica. Que plateia que se forma com ingressos de graça ou a R\$ 1,00? Se fosse dessa maneira os teatros já estariam cheios, porque há anos somos obrigados a fazer de graça, a cobrar meia-entrada, sem subvenção e sem fiscalização das carteiras de estudante. Há alguma coisa errada aí. É preciso conscientizar o público de que ele é o responsável pela existência daquilo que fazemos, é o principal beneficiário do nosso trabalho²¹.

Quase todos os entrevistados registraram a gratuidade como uma questão que precisa ser revista, assim como o papel do Governo do Estado nessa discussão, uma vez que importantes programas da Secult/BA, como o *Pelourinho Cultural*, por exemplo, que promove shows musicais nos largos do Pelourinho, são gratuitos. Nesse caso, há uma concorrência direta com outros espetáculos que estão acontecendo com cobrança de ingresso. Esse programa concorre diretamente, por exemplo, com os espetáculos que acontecem na Arena e no Teatro do Sesc-Senac Pelourinho e que são pagos, mesmo sendo os ingressos, nesse caso, bastante acessíveis.

O diretor teatral Luiz Marfuz pondera a esse respeito que

existem formas menos paternalistas de você trazer o público que não seja a gratuidade, pois isso acaba criando um vício muito grande, se é gratuito eu vou e se não é eu não vou, mesmo que seja cinco reais. O problema é complexo: se você faz uma peça com acesso gratuito, alcança o público, lota e tem gente voltando todos os dias, mas é só colocar no mesmo teatro e cobrar ingresso que o público diminui. Por outro lado, há iniciativas que são importantes, por exemplo, o *Domíngos no TCA*, cujo ingresso custa um real e é bacana, porque o público se desloca com a sua família de manhã para ver teatro. As pessoas que pagam 20 ou 40 reais no Teatro Jorge Amado ou no Teatro SESC Casa do Comércio não vão se deslocar para ficar na fila, chegar duas horas antes, então não são públicos concorrentes. Quando você compara com

²¹ Entrevista realizada por Anderson Bispo e Marília Moura, dia 02 de maio de 2012, no Teatro Vila Velha, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/MARCIO-MEIRELLES.pdf>

a música ou com a dança é diferente, para a dança é mais complicado que o teatro, inclusive. É bom porque ajuda a formar, mas na verdade forma e deforma. As iniciativas de barateamento do preço dos ingressos são importantes e aí, novamente, o Estado e as entidades privadas precisam entrar²².

O dançarino e coreógrafo Edu Ó adverte que

não é porque é gratuito que se consegue fazer com que o público vá. Não é porque é gratuito que o público estará presente e se fazendo representado. A questão é de educação para o olhar da cultura, é preciso estimular essa questão do sensível das e nas pessoas, o estar próximo²³.

Para o gestor cultural Gilberto Monte,

Cultura tem que ser paga. Mesmo que barata, tem que ser paga. Essa relação do gesto de pagar alguma coisa é de fundamental importância para criar sentido. Se vai ter algo de graça, tudo bem, é de graça! Mas, porque que é de graça? Como é que se controla o que vai ser de graça se você quer ter um mercado? Isso quer dizer que não dá para nunca ter um show de graça? Não, não quer dizer isso. Mas, se se discute tanto que o criador, o produtor, tem que ter um projeto sustentável, tem que criar regras pra criar um mercado sustentável²⁴.

Concluindo

Vivemos na Bahia um momento especial com a criação da SecultBA, quando a sociedade civil e a classe artística passaram a ter voz e lugar na definição de diretrizes e prioridades para a área cultural no estado. As mudanças promovidas no campo da cultura na Bahia desde 2007 foram muitas e ousadas. O debate em torno da política cultural implementada no Estado se tornou público, no sentido mais amplo do termo. Até mesmo chamadas “crises da cultura” contribuíram para o debate e a conscientização do quanto é necessário avançar. O enfrentamento, pela SecultBA, da importância de uma intervenção do Estado em todos os Territórios de Identidade da Bahia no âmbito da cultura, questionada por muitos artistas inclusive, veio com o reconhecimento, tardio e ainda não plenamente aceito, de que a Bahia não é apenas o Recôncavo.

A pasta da cultura associada ao turismo acabava privilegiando certas regiões e promovendo “uma identidade baiana” para turista ver. O investimento concentrava-se nas artes, no patrimônio material e nas manifestações populares mais midiáticas. A partir da

²² Entrevista realizada por Adriana Santana e Caio Cruz, dia 27 de abril de 2012, em Salvador. Disponível em <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/LUIZ-MARFUZ.pdf>

²³ Entrevista realizada por Eduardo Mafra e Marlon Sousa, dia 17 de maio de 2012, na Escola de Dança da UFBA, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/04/EDU-O.pdf.pdf>

²⁴ Entrevista realizada por Anne Elisabeth e Larissa d’Eça, dia 21 de fevereiro de 2013, no Palacete das Artes, em Salvador. Disponível em: <http://www.producaoculturalba.net/wp-content/uploads/2013/06/GILBERTO-MONTE1.pdf>

compreensão da cultura em toda a sua amplitude, alinhada ao conceito contemporâneo, ampliou-se o raio de atuação da SecultBA, inaugurando uma forma descentralizada de gestão.

Foi uma mudança radical, e que é reconhecida pelos diversos atores envolvidos no cenário cultural baiano. Apesar disso, há certa desilusão no meio cultural desde o final do primeiro mandato do Governo Wagner. Esperava-se que, no segundo mandato, tendo sido a SecultBA uma das Secretarias que mais atuou no interior do estado, o que certamente contribuiu politicamente para a reeleição, e tendo sido a Secretaria assumida por um nome filado ao PT, partido do Governo, houvesse um maior respaldo e avanços. Mas os avanços não corresponderam às expectativas, logo no início do segundo mandato sai da Secretaria de Cultura e passa para a recém criada Secretaria de Comunicação o Instituto de Radiodifusão/IRDEB, ao qual estão vinculadas a TVE e a Radio Educadora FM, sinalizando um retrocesso no processo em curso.

Também os editais, considerados pelos artistas e produtores o principal mecanismo de financiamento da cultura, continuaram sofrendo com a inconstância e atrasos. Além de alguns projetos terem sido promovidos pelo Estado sem edital, chamamento ou credenciamento, provocando certo descrédito quanto ao fim do Estado “produtor” e demonstrando a fragilidade dos mecanismos de seleção pública e outros, o quanto podem perder espaço conforme os interesses em jogo. O FAZCULTURA também não avança, não há, por parte do Governo, uma aproximação e o estímulo para que a iniciativa privada passe a investir mais na área da cultura. Existem planos nesse sentido, mas, para os profissionais que atuam na cena cultural baiana, é muita coisa debatida, discutida, mas que não sai do papel.

Apesar de praticamente todos os entrevistados serem contra a gratuidade, inclusive os gestores públicos, essa é uma questão que não é debatida. É preciso que o Estado interfira e discuta com a classe artística como equacioná-la ou vai continuar contribuindo para que a produção cultural torne-se cada vez mais dependente unicamente de ações governamentais e de patrocinadores.

É preciso um investimento não apenas na organização da cultura em todo o Estado mas em sua divulgação, na conscientização de que se trata de uma área fundamental para o desenvolvimento do estado, este é o desafio da Secretaria de Cultura, este é o desafio também da classe artística e da sociedade civil, promover e consolidar a cultura como área fundamental para o desenvolvimento do Estado da Bahia. No entanto, para isso é preciso mais do que iniciativas isoladas ou projetos, é imprescindível que haja um orçamento para a pasta condizente com sua importância, uma modernização da máquina administrativa e uma renovação no quadro de pessoal da SecultBA através de concurso público, de modo que se

tenha, a médio e longo prazos, um corpo técnico capaz de conduzir as mudanças realizadas e desejadas.